

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 03/05/88
cod 63D40052

Entrevista com Ailton Krenak na sede da UNI, no estúdio de gravação do núcleo de cultura indígena ao pedido da Ethnies da Survival International France por Robin Wright e Carlos Alberto Ricardo (Beto), antropólogos da equipe do CEDI, no dia 12 de janeiro de 1988, em português para ser transcrito para o francês (transcrição de Dominique Buchillet).

Robin : "Talvez, seria bom começar se você pudesse falar um pouco sobre a UNI, como se formou, qual é a sua proposta, seu programa político, a evolução da UNI, qual é a extensão das atividades da UNI principalmente na Amazônia, a ligação direta com as bases, se você pudesse explicar um pouco sobre a organização da UNI.

Ailton : "Vocês pensam em tratar essa pauta por pontos ou fazer uma abordagem geral?"

Beto : (...) "O público é basicamente estrangeiro, muito ?; a entrevista vai ser transcrita e editada, a gente vai ter a chance de voltar sobre o texto para tirar coisas que não são claras"

Ailton : "A origem da UNI, ela remota a metade da década de 70. Essa identificação de uma organização intertribal, essa expectativa de construir um fórum que vai além dos limites de cada aldeia para expressar o pensamento indígena, a vontade política dessa população indígena, ela data do final da década de 70 como resultado de um processo muito intenso de mobilização das lideranças indígenas através de um ciclo de assembleias de chefes indígenas que se iniciou em torno de 70, 71 com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Pastoral indígenista católica, que também vinha por essa época se estabelecendo. Muitas vezes Índios de diferentes tribos se encontraram em eventos patrocinados pelo órgão oficial, com apoio de indigenistas, ou em eventos promovidos nas capitais por organizações civis de apoio. Esse ciclo de assembleias, eu identifiquei como o ambiente que possibilitou o encontro de lideranças tribais a troca de notícias e durante um bom período, durante talvez uns dez anos, diversas assembleias foram realizadas do Rio Grande do Sul até a Amazônia, reunindo lideranças indígenas regionais. Foi se construindo laços de amizade e laços de

reciprocidade, de solidariedade intertribal. A maioria dos grupos indígenas, por exemplo do Rio Grande do Sul, não tinha a menor ideia da existência de Índios no centroeste ou na Amazônia. Não tinham informação histórica acerca de seus parentes. Este ciclo de assembléia possibilitou a fermentação. Agora, dizer que UNI nasceu nesta época é exagero. Essa vontade política de se expressar diante do estado, diante do Congresso nacional, de estabelecer uma demanda mais ou menos qualificada com relação a questão da terra, a questão da assistência do órgão indigenista que é a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A proposta da UNI só foi se esboçando de forma mais clara a partir do encontro que se realizou em 79 com o objetivo de estabelecer uma representação do movimento indígena a nível nacional.

Robin : Esse encontro foi onde?

Ailton : Foi em Campo Grande, num encontro aliás patrocinado pelo governo do Mato Grosso do Sul, e reuniu principalmente etnias Xavante, Terena, Guarani; tinha alguns parentes Bororo também. A partir dessa reunião de Campo Grande, que inclusive é uma região de muita confluência, uma região de ocupação indígena Terena, Guató, Guarani, e os Xavante que também tem acesso a esta região, surgiu dali um primeiro comitê que deveria trabalhar no sentido da efetivação de uma organização indígena. A partir daí a UNI sofreu muitas pressões porque se colocava em confronto com a agência indigenista, a FUNAI, que não tolerava e não tolera até hoje a existência de uma organização indígena que possa contestar a política oficial. A falta de recursos, a pouca articulação política que esses companheiros indígenas tinham na ocasião inviabilizou uma identificação a nível institucional mesmo dessa organização indígena. Só mais tarde, em 1981, foi realizado um encontro tentando homologar a criação da UNI; aquele anteprojeto de constituição da organização indígena a nível nacional. Esse encontro se deu em São Paulo. É interessante esclarecer que a maioria dessa população indígena habita regiões muito distantes, não tem recursos para se deslocar das

suas aldeias para os grandes centros urbanos. Foi feito um imenso esforço no sentido de possibilitar que lideranças indígenas de vários tribos pudessem se encontrar aqui em São Paulo naquele que foi chamado de Primeiro Encontro nacional dos Povos Indígenas. A partir de 1982 essa diretoria, que tinha sido estabelecida para a UNI em 1981, inclusive seu Presidente foi envolvido em negociações com a agência indigenista, passou a assumir cargos dentro da agência governamental. Se ausentou mesmo do processo de discussão e de participação dos companheiros do movimento indígena. Aí, eu identifico inclusive a minha intervenção mais ativa no movimento, justamente a partir dessa época, quando nós constituímos um pequeno coletivo de pessoas Xavante, Pataxo, Bororo, Karajá, Terena e questionamos a existência de uma organização indígena cuja direção estava na agência indigenista do estado. Chamamos para uma assembléia extraordinária, dissolvemos essa diretoria e constituímos uma coordenação provisória do movimento que tinha um prazo para chamar uma assembléia nacional de movimento. O prazo para chamar essa assembleia nacional foi 1984. Em 1984, nos reunimos em Brasília no Segundo Encontro nacional dos Povos Indígenas. Criamos um Conselho nacional dos Povos Indígenas porque a nossa expectativa, ao longo desse período, é de que nos conseguíssemos buscar uma forma de organização que estivesse baseada na experiência tradicional dos povos indígenas, de conselhos tribais, que não procurasse repetir o modelo de presidentes, diretores, etc. que é o modelo das agências oficiais do governo. Nos procuramos estabelecer uma representação mais rica possível da diversidade das 180 tribos que somos. Foi constituída um Conselho indígena nacional. Cada tribo podia indicar um membro para este Conselho. Saimos desse Segundo Encontro nacional dos Povos indígenas com um conselho formado por 63 nações indígenas. Esse Conselho permanece aberto para receber novos membros e, na mesma ocasião, foi eleita também uma coordenação nacional do movimento. Nos passamos a funcionar com uma estrutura de representação que se construiu da seguinte forma : as tribos indicando um membro para o Conselho nacional, o Conselho nacional elegendo uma coordenação nacional que elege as coordenadorias regionais. As coordenadorias regionais são representações da estrutura do movimento indígena a nível

local se articulando com grupos étnicos diversos ou então com 1 ou 2 grandes etnias que habitam uma região e que tem um peso político, que tem uma expressão que leva a um tipo de representação como este das coordenações regionais.

Robin : Nessa época teve alguns trocas com outros movimentos indígenas de outros países na America do sul talvez se formando em organizações nacionais e até internacionais. Havia um troca de informações ou visitas com outros movimentos? Qual é a ligação entre o movimento aqui e os movimentos nos outros países,

Ailton : Foi um processo muito lento de aprendizado acerca da existência mesma de outros grupos, outros povos indígenas na America Latina, na America do Sul, nas Américas, no mundo. Não tínhamos conhecimento da questão internacional. Nos tivemos, por ocasião do II Encontro Nacional dos Povos Indígenas, uma representação aqui no Brasil do Conselho Indio da America do Sul, o CISA, que veio participar desse nosso II Encontro nacional. Estavam fazendo uma visita nesta região da America do Sul. Foi uma oportuna coincidência porque tivemos contato no momento em que a gente estava experimentando a fase mais aguda, mais avançada, de estruturação do movimento. Mas mesmo esse contato, ele foi instantâneo, não conseguiu se transformar num processo permanente de articulação e de solidariedade entre o movimento indígena nascente aqui no Brasil e as organizações indígenas da America latina ou das Americas. Ainda, no segundo semestre de 1984, nos tivemos a oportunidade de participar do Congresso do Conselho Mundial dos Povos Indígenas em Panama. Foi a primeira vez que uma representação oficial do movimento indígena do Brasil esteve participando a um forum internacional de Povos indígenas. Até ahi, o que havia era uma participação pessoal. Na decada de 70 o companheiro Marçal de Souza, um Guarani que teve uma participação muito importante em toda a luta indígena no Brasil, esteve nos Estados Unidos participando de uma conferência sobre a questão das multinacionais e terras indígenas. Em outras oportunidades, companheiros como Daniel Cabixi que é um indio Pareci, ele teve a oportunidade de participar de

encontros na Argentina e um outro parente nosso chegou a ir a Bolívia, a um encontro em Tawantisuyu em 78 ou 79. Mas isso nunca em nível de representação de uma organização indígena! A primeira vez que nos saímos como organização indígena foi 1984. As outras ocasiões foram pessoas indígenas participando de eventos internacionais.

Beto : Nessa fase de formação da UNI, a gente pode bem dizer que hoje é possível fazer um certo balanço de 10 anos, e eu vou te perguntar mais tarde sobre isso, mas qual é a relação - se houve - e como você avalia a importância da figura do Mario Juruna durante esse período?

Ailton : Não ignorei de maneira nenhuma desde o princípio da minha exposição a existência de um personagem que é muito relevante para o povo indígena que é o Xavante Mario Juruna, um companheiro indígena que chegou ao Congresso nacional com um mandato de 4 anos e cumpriu, pela primeira vez na história do Brasil, um mandato indígena no Congresso Nacional. Acho que a trajetória do Mario Juruna, ele entrou em 1982 e seu mandato foi de 1982 até 1986, no final do ciclo de redemocratização, o Mario Juruna teve a oportunidade de assegurar um mandato por este período. Acho que o Mario Juruna é um personagem a parte deste processo. Ele é muito autônomo. O que ele fez, na verdade, foi propiciar no final da década de 70 até a metade da década de 80, que este movimento indígena criasse raízes, se estruturasse à sua sombra, porque ele é uma personalidade política muito expressiva. Ele deu identidade nacional para uma fala indígena. Os grupos tribais, por exemplo à semelhança dos Índios que eu sei que habitam hoje Bolívia ou Peru e que é uma população grande - chegam a 60 ou 70 % da população nacional e que desde o século 17 ou 18 estiveram metidos em relações econômicas, políticas, de enfrentamento permanente com a colonização e com o imperialismo. No caso das tribos sobreviventes no Brasil hoje, na sua grande maioria são grupos tribais pequenos e que sobraram do processo de ocupação e massacre. Esses grupos mesmo têm uma história de enfrentamento político local e frequentemente desigual, não falam a língua portuguesa que é a língua nacional, não conhecem o jogo político nacional e estão a margem

desse processo todo, vivendo por uma boa parte dessa população na região de floresta ou de cerrados (mas é uma região também sem ocupação branca). Não tem branco. Essa gente indígena, a história dela com o ocidente, com o branco, começa quando o primeiro fazendeiro avança os limites da reserva para fazer sua fazenda. A história dele não começa em 1500 quando o branco chegou aqui. Tem grupos indígenas cuja história com o ocidente não começou ainda. Eles ignorem a existência do branco no mundo. Ele vê um avião passando no céu, ou um helicóptero, ou um barco passando no rio mas são grupos que nós identificamos como autônomos. Eles são autônomos há doze anos do ano 2000. Eles continuam sem ver a cara do branco. Então esse movimento indígena reuniu desde os grupos da costa atlântica que são remanescentes das grandes batalhas na costa, acho que o povo que tem a memória mais antiga desses combates são os Guarani, os Potiguara, os Kiriri, os Pataxo, que são grupos que já passaram por um processo de perda territorial, já foram agregados ao processo de mão de obra e de colonização dessa faixa da costa atlântica e os outros povos do centroeste e da Amazônia que, na sua grande maioria, só viram a cara do branco pela primeira vez na década de 70 com a abertura da Transamazônica, com a construção das grandes barragens, com a chegada dos grandes projetos.

Beto : "Antes de retornar à questão do movimento, com uma base como esta, com essa diversidade, são grupos pequenos e muito diversos sendo que uma boa parte deles estão em contato recente com a sociedade, como que é possível a UNI organizar um movimento de base nacional? ela esta se propondo a isso e ao final desses 10 anos, qual é o balanço que você faz do trabalho que a UNI realizou? o que ela representa hoje do teu ponto de vista?"

Ailton : "Acho que esta é a questão. Em primeiro lugar eu, como membro do movimento indígena e os outros companheiros indígenas que tem uma expectativa com relação à sociedade nacional, ao Brasil, que tem uma configuração política do estado brasileiro e das relações internacionais na cabeça, eu e esses parentes indígenas, nos não pensamos que a UNI,

que o movimento indígena seja o auto-falante, o porta-voz, ele não é a voz das 180 tribos, ele não é o pote que bota as 180 tribos ali dentro; a idéia que inspirou um grupo de pessoas indígenas que falavam português, sabiam ler e escrever e que tinham um pouquinho de experiência sobre o que é o Brasil, a política nacional, a existência dos brancos, dos negros, dos pobres, dos ricos, era no sentido de dizer que também tem Índio no Brasil. Isso é a primeira coisa. A segunda é que junto com esses vários grupos tribais, identificar aquilo que é comum para esses povos, o que nos temos de pano de fundo comum para nos levarmos essa demanda ao estado, para nos estabelecermos relações com os movimentos da sociedade nacional, para nos esboçarmos por exemplo uma pauta de relação com os organismos internacionais, com a solidariedade internacional. O movimento indígena só descobriu a perspectiva de uma relação de solidariedade internacional na década de 80, só descobriu a existência, dentro do Brasil, de imensos contingentes humanos sem terra, envolvidos nos conflitos fundiários, também na década 80. Descobrimos o sentido político de travar relações, de estabelecer contatos e alianças. Só conseguimos perceber a possibilidade de atuar politicamente dentro das agremiações, dos partidos, também nessa década de 80. Foram 8 anos de aprendizado permanente e de maturação de uma idéia, inclusive da confirmação de um princípio de que é impossível você forjar uma organização indígena que expressa legitimamente a demanda global de 180 tribos sendo que algumas dessas 180 tribos são constituídas de 40.000 pessoas, 20.000 pessoas; outras tribos são constituídas de 20 pessoas, de 4 pessoas (tres homens e uma mulher) pelados, perambulando no sertão brasileiro usando borduninhas enquanto que tem outros índios de uma etnia de 20.000 ou 10.000 mas que eles já, por exemplo, dirigem um trator, um toyota. Tem outra pessoa indígena que está metida nessa mesma constelação desse movimento que é piloto de avião. Ele não é, de maneira nenhuma, a representação dos 180 grupos tribais. O Índio que dirige o trator, que pilota o avião, e que sabe ler e escrever, ele não é a representação das 180 tribos. A representação mais legítima dessas 180 tribos são os parentes que não falam português, que metem a borduna no trator que passa perto da área dele, e bota fogo no avião. E nesse

sentido que eu quero dizer que não é uma organização de Índios civilizados, que abotou a camisa até o último botão e conversa em português, que representa essa diversidade étnica, essa diversidade de experiências de contato, e de expectativas. A expectativa de um Índio Uru Eu Wau Wau ou de um Índio Waimiri Atroari como esses que a Balbina está inundando a terra deles, não é expectativa de um Índio que habita a costa atlântica e que há um século conhece o branco. Nessa representação, nós sabemos que os Índios que conhecem o branco são em torno de 30%. Conhecer o branco significa saber a língua do branco, ser capaz de codificar essa língua, escrever essa língua e entabular relação com o branco dentro da política do branco, porque o branco é o poder. Ele tem o juiz, a polícia, e se eu vou me relacionar com o branco sem conhecer que ele tem o juiz, a polícia, o dinheiro, eu estou perdido. Então eu quero dizer isso a UNI não é um sindicato, nem o partido do povo indígena. Ela é uma voz de 180 tribos. Tem outras vozes. A organização indígena, ela demanda exatamente aquela pequena parcela da expectativa do povo indígena, que o povo indígena precisa que ela seja decodificada para o branco entender. A outra demanda quem organiza é cada tribo. O exemplo que eu quero dar é isso: um grupo autônomo, enquanto nós sabemos que a área dele vai ser invadida, nós podemos entrar com ação na Procuradoria Geral da República para impedir que a Petrobrás instale as sondas de prospecção de petróleo dentro do território do Javari para que os Marubos não sejam abalados com a invasão do seu território, que é um povo autônomo. A partir do momento que a Petrobrás bota as sondas lá dentro, os Marubo sabem o que fazer com ela ou não. Eles que vão quebrar com borduna! Nós vamos continuar botando uma ação na Procuradoria geral da República, fazendo denúncias e buscando a solidariedade internacional.

Robin : "Você está dizendo que as alianças que você faz com partidos ou com outros movimentos sociais no Brasil não são tão importantes para a luta local, mas mais importantes no nível nacional para dar mais peso político. No nível local para resolver a situação evidentemente é a comunidade local. Mesma coisa com as alianças no nível internacional. O nível internacional tem pouca importância para a comunidade local mas no

nível da UNI é mais um laço que fortalece a posição da UNI, o peso da UNI na política nacional. E isso?

Ailton : "E isso e a minha resposta a essa questão ela foi dada. Eu estava aqui no estúdio conversando por telefone com Davi Yanomami, que é um Indio do povo yanomami que habita o território federal do Roraima divisa com Venezuela. Agora, há uma semana atrás, quando o povo dele estava tendo o território invadido por hordas de garimpeiros, capitaneados por um imenso projeto de ocupação daquela região. Perguntei para ele : Davi, esse programa de radio para o qual eu estou te entrevistando é ouvido por 300.000 pessoas da cidade, brancos. Você quer mandar alguma mensagem, você quer que esses brancos participem, façam alguma coisa junto com o povo Yanomami nessa luta; ele diz o seguinte "se eles quiseram, tudo bem, agora se eles não quiseram, a briga que tem lá dentro é um problema meu". E o pensamento dele e é o pensamento de muitos outros parentes. Essa idéia de que o outro vai fazer alguma coisa para você não é indígena, essa idéia de que o outro vai sair de lá e ajudar, não existe. Não há essa expectativa. E muito importante que o povo indígena não tem essa ilusão porque, na prática, nunca, nenhum conflito que o povo indígena teve que resolver, contou com a participação efetiva de qualquer outro grupo social, de qualquer outro grupo político neste país. Na hora da onça beber agua é a borduna que come, entendeu. Se vai ser carabina ou vai ser borduna, vai ser os Indios. Não tem na história do país, não tem nenhum momento em que qualquer outro grupo de trabalhadores urbanos, rurais, se alinhou aos Indios na defesa de seus direitos. Essa solidariedade se manifesta numa intenção política; a importância de se articular com sindicatos, com partidos políticos, com organizações de trabalhadores rurais aqui no Brasil, é a de dar substância a essa solidariedade, é de dar peso político para ela. A solidariedade internacional, ela vem de certa forma também nessa linha. E no sentido de que o governo, as organizações internacionais, estabelecem um controle em cima das ações dos seus governos e das multinacionais que atuam contra o interesse do povo indígena. E como se nos estivessemos dizendo o seguinte "O nosso problema é nosso, agora o crime que

vocês praticam é competência e responsabilidade de vocês. Se as multinacionais estão destruindo nosso território, a solidariedade internacional tem um compromisso em patrulhar as empresas de origem nos seus países para observar que tipo de política ela está executando. Que fiscalizem os seus capitalistas; Que quando eles chegarem dentro da reserva, ali o problema é com o grupo tribal, ali não tem mais jeito, não adianta a solidariedade internacional. A solidariedade internacional é para evitar que eles entrem ou para fazer que eles saiam mas enquanto eles estão lá dentro o pau é com os Índios.

Robin : "Como você vê a possibilidade de incrementar os laços entre os povos indígenas, os grupos tribais daqui com outros povos indígenas do mundo, não só da América mas da Europa?"

Ailton : "Eu acho importante essa diferença, marcar essa diferença; é diferente, por exemplo, a solidariedade das organizações ambientalistas da Europa, ela tem um peso diferente de quando um grupo tribal, um grupo étnico, se manifesta com relação ao destino de outro grupo tribal. Se um determinado grupo, se os Inuit se pronunciar, se manifestar com relação ao destino do povo Yanomami, da gente Krenak ou da gente Tukano, isso tem uma força muito grande, isso tem um significado diferente de quando os ambientalistas ou os parlamentares europeus manifestam sua solidariedade aos Tukano, aos Krenak ou aos Yanomami. O que eu acho é que nós não temos conseguido dar eficácia para isso; Nós não temos conseguido estabelecer o canal mesmo de interlocução, de permanente informação e de ativismo porque a legitimidade que um parente tem de defender a vida do outro, essa ninguém tira dele. Os estados, as nações, procuram criminalizar a solidariedade internacional, o que é uma coisa sem vergonha do pensamento autoritário. Por que se disqualifica a solidariedade entre os povos mas se qualifica a intervenção nos territórios, a internacionalização dos recursos naturais, a exploração dos territórios nativos? No Brasil estamos vivendo hoje uma experiência muito especial. O pensamento mais conservador que está representado na Assembleia Nacional Constituinte

te defende que empresa nacional é toda empresa que tem o endereço dela aqui no Brasil. Mas esse mesmo pensamento criminaliza a solidariedade internacional. Uma multinacional de qualquer lugar do mundo é brasileira. A solidariedade internacional é estranha. Acho que a gente tem que combater esse pensamento mostrando cada vez mais que os povos nativos do mundo se sentem a vontade nas suas atividades, nas suas manifestações de solidariedade junto um com outro, efetivamente.

Beto : "Mudando um pouco de assunto, pegando esta vez a Constituinte , como que você esta vendo a questão dos direitos indígenas no Brasil hoje sobretudo nesse momento de elaboração de uma nova constituição. Um resumo breve de como é que a questão dos direitos indígenas foi tratada durante o processo constituinte e quais são as perspectivas que você vê nesse momento?"

Ailton : "Esse período dos últimos dez anos, ele é rico em dar lições. A primeira lição foi a tentativa de nos organizarmos o movimento intertribal, e nos aprendemos a realidade disso. A segunda lição que nós aprendemos é que se nos ficamos ao longo dos últimos 400 anos de história de ocupação do Brasil, de colonização, fora do processo de construção das leis, fora do processo constitucional, nos não perdemos nada com isso. Nos tínhamos uma expectativa muito grande com a convocação da Assembléia nacional Constituinte de estarmos lá dentro, de as pessoas indígenas estarem juntos com as pessoas não indígenas construindo um estatuto social, para nos aprendemos como se trabalhava isso, construir isso juntos, estabelecer regras de convivência, de respeito. Nos fomos atropelados por um trator; nos fomos para esse debate da Assembléia Nacional Constituinte com a esperança e com a expectativa pura do ponto de vista político, que era : nos vamos dizer aos brancos como que nós pensamos, que nós podemos continuar vivendo juntos cooperando um com outro, convivendo, coexistindo pacificamente e descobrir, inclusive, ao longo desse processo laços de cooperação. Como que nos vamos aprender as técnicas do brancos, a tecnologia e como nos vamos poder contar para ele o que nos conhecemos dessa terra, que é nossa mãe, que nos sempre vive-

mos aqui. Conhecemos muito mais do que ele. Fomos para a Constituinte com esse pensamento puro. Ao chegar ali, nos encontramos um embate político rancoroso, alinhado e decidido de acabar uma vez por toda com essa história de direitos indígenas. Nos percebemos que embora toda a história de violência contra o povo indígena, o futuro é capaz de preparar para nós lições muito mais amargas. A sociedade brasileira, a classe política brasileira, a elite brasileira, ela despreze profundamente a raiz indígena da nacionalidade. E um pensamento hoje organizado, coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional no sentido de esvaziar esse reclame étnico que tem caracterizado a relação dos povos tribais com o estado nacional. O que eu chamo de reclame étnico é aquilo por exemplo que obriga a uma corte reconhecer o direito histórico de um povo indígena de habitar uma terra; que reconhece, por exemplo, a necessidade de suprir uma diferença cultural de um povo que não fale português, que habite uma região isolada do território nacional do confronto com o processo de tomada do território, de exploração mineral, madeireira; essa tendência das cortes de colocar um amortecedor de choques nas relações entre os grupos tribais e o capitalismo, a colonização, ela esta sendo expurgada. Há hoje no Brasil um proposito de expurgar essa mística, esvaziar um reclame étnico e deixar essa população remanescente como caboclos, como sub-brasileiros que vão ter que se integrar a um processo periférico de colonização, de modernização, de mão-de-obra de grandes projetos, sem terras; então é mais ou menos assim. Por mais autoritária que seja a experiência do passado, ela nós vê como herdeiros de um direito histórico. Essa constituição de hoje, ela procura instalar um tempo em que nós somos páreas da sociedade nacional. De um direito histórico, nos passamos a páreas na sociedade nacional. Alguma coisa que a nação tem que expurgar o mais depressa possível.

Beto : "Eu tenho duas questões : uma é qual é o futuro que você vê, como que você esta percebendo o futuro dos Indios no Brasil, não do ponto de vista jurídico mas do ponto de vista social, qual é o futuro dos Indios no Brasil? qual é o papel destinado ao movimento indígena; quais são as perspectivas, uma coisa para frente assim.

Ailton : "Eu acho que esse período que nos estamos vivendo, ele vem nos alertar para a urgência dessas populações indígenas se capacitarem, se estruturarem, se equipar para responder ao contemporâneo. Acredito que o povo indígena vai ter que fazer um esforço de atualização, de superação, ele vai ter que se superar. O povo indígena terá que construir a passagem para esse processo dele se superar, organizando por exemplo esse conhecimento formal acerca das terras que ainda ele detem, os recursos naturais ali existentes, o subsolo, os rios, a floresta, a fauna, todo, definir uma política de uso de todo isso, estabelecer um projeto político e econômico, esboçar uma vontade de construção de uma base econômica para sustentar um projeto político das comunidades indígenas. Isso que eu tenho chamado de "projeto de futuro". O projeto de futuro para o povo indígena não é a separação, não é o isolamento com relação a sociedade nacional mas é a superação do estágio de atropelo por um processo de controle, não de controle hegemônico, de controle mecânico do processo, mas de controle da configuração do conflito. O povo indígena, para sobreviver, precisa esboçar um projeto dele. Se o projeto vai ser um projeto capitalista, um projeto de "vamos botar as mineradoras dentro das terras, vamos fazer hidroelétricas, vamos desmatar, vamos construir serrarias aqui para fabricar móveis para exportação" essa não é a questão. Eu não estou colocando em questão a moral do projeto, eu estou colocando em questão a urgência do projeto. Os companheiros do Rio Negro, eles estão de alguma maneira definindo-se com relação ao dia, eles estão se atualizando com relação a realidade do país em que eles vivem e a realidade, de certa forma, do mundo em que eles vivem. Se a opção que eles estão fazendo é a opção que vai permitir a eles como etnia, como povo, experimentar um processo de liberdade, de autonomia, na sua relação com os grupos de poder regional, de poder local e até com o governo; se é isso, provavelmente então, seja a saída mais positiva que eles tem buscado. Se os Makuxi e os Wapishana que estão no território federal de Roraima, amargando um processo de violência política terrível contra eles, vieram esboçar um projeto deles, que se articula de alguma forma com o momento nacional, a moral desse projeto eu não estou discutindo e muito provavelmente não serão

projetos só a nível nacional porque são grupos étnicos tão diversos, vivendo realidades tão diversas do norte ao sul do Brasil que obrigatoriamente eles vão esboçar projetos diferenciados também. Se determinados grupos buscarem, por exemplo, a mecanização das terras, e o alinhamento com o processo de exploração intensiva da agricultura, e se isso vai dar a eles condição de montar programas de saúde, de educação, dentro da perspectiva deles mesmo, vai permitir a eles estabelecer relações de força, de poder com a sociedade regional, se eles vão poder de alguma maneira se relacionar com os poderes locais, regionais, com a cabeça erguida, isso é o que interessa. Eu não estou fazendo a pregação de um projeto de futuro do povo indígena que tem que passar obrigatoriamente pela integração das sociedades indígenas a um processo de desenvolvimento descarado que tem sido, as últimas vinte anos da experiência brasileira, não é isso; o que eu estou dizendo é que o povo indígena tem que se atualizar. Nos vamos ter que nos atualizar; se essa atualização significa por exemplo, dançar e cantar até a terra rachar e começar a cair as estrelas do céu, que seja isso. O que nos não podemos ficar é parado com a nossa cabeça parada, sendo ingolido pela baba da civilização : isso não pode! que daí esta perdido! o que não dá para a gente ficar como alegre no mundo; tem que ter alguma coisa; se for para dançar até rachar o chão, dança! Agora não da para ficar nessa porrinhação! essa porrinhação é que mata o povo indígena! eu acho.

Beto : "Agora, só para fazer uma abertura, para as pessoas poderem também acompanhar um pouco as coisas que você falou, seria importante um breve conjunto de informações suas a respeito de você mesmo. Você tem quantos anos, Ailton?"

Ailton : "34 anos. Eu nasci na região do Vale do Rio Doce, na parte mais central do Brasil; com relação aos Índios da Amazônia, com relação aos Índios da costa brasileira, meu povo é um povo que habita a região mais central do Brasil que pega o Vale do rio Doce no Estado de Minas. Tem uma relação histórica com os outros povos do Brasil central, Goiás, Mato Grosso, e a nossa experiência de contato com a colonização data do final

do século passado quando o Vale do Rio Doce começou a ser invadido por um projeto de colonização que envolvia trazer alemães para colonizar o Vale do Rio Doce; esse projeto foi de uma companhia privada, a Cia. de Colonização do Vale do Rio Doce e Mucuri; era uma empresa privada de uma família de bandeirantes, de portugueses civilizadores; eles trouxeram alemães para colonizar o Vale do Rio Doce. Nos fugimos dessa região onde estavam se instalando, que era principalmente na margem do rio Mucuri e ficamos mais próximos do rio Doce. Nos atravessamos o finalzinho do século até quando foi 1916 a 1920, que o SPI, uma agência do governo de contato aos Índios autônomos, conseguiu finalmente "pacificar" a minha tribo que, na verdade, já reuniu nessa época remanescentes de vários sub-grupos que os historiadores chamam genericamente de Botocudos do Vale do Rio Doce que reuniam os Krenak, os Nakrehere, os Guterak, os Pojixá, aproximadamente 16 pequenas hordas que habitavam a região ali constituindo uma população expressiva, de 4000 a 5000 Índios. Foram reduzidos em 1920 em torno de 600 pessoas e que hoje estão reduzidos a 130 pessoas e que se continuar nesse passo, nos vamos entrar no ano 2000 talvez com umas 3 pessoas. Eu saí de lá, daquela região, com 17 anos de idade atravessando com meu grupo familiar de lá da região do Vale do Rio Doce com destino ao Paraná, a região mais sul do Brasil. Nos fomos perdendo gente ao longo dessa viagem, nos pensávamos nos instalar no Parana mas acabamos não ficando lá, uma parte do nosso grupo voltou para o Vale do Rio Doce, uma outra parte ficou aqui no interior de São Paulo. Isso foi no início da década de 70. A partir da segunda metade da década de 70, eu tive a oportunidade de me alfabetizar; eu já tinha 18 anos quando consegui me alfabetizar. Eu consegui fazer alguns cursos que me permitem ter alguma capacitação profissional, eu sou produtor gráfico, sou capacitado a fazer produção gráfica, sou jornalista. Desde o começo da década de 80 eu me dediquei integralmente à articulação do movimento indígena. Não tenho outras atividades profissionais além de manter um programa de rádio indígena no ar em 5 regiões do Brasil, editar um Boletim informativo sobre as populações indígenas, sobre o movimento indígena, coordenar junto as várias tribos a discussão com o governo, com o Ministério do Interior, com o Ministério da Agricultura

cultura; há uma demanda muito grande dos grupos tribais para a coordenação nacional da UNI no sentido de atender à questões relacionadas com saúde, com internação de pessoas que estão na aldeia sem meio de sair, com expulsão de invasores que invadem uma área, empresas madeireiras ou mesmo colonização, conflitos envolvendo grupos tribais nas regiões mais diversas e que a gente tem que acorrer, tem que buscar junto às organizações de apoio a participação dessas outras pessoas, o acompanhamento jurídico das questões envolvendo o interesse indígena e o enfrentamento político no Congresso Nacional que eu tenho feito nos últimos 2 anos, desde 86 quando nos coordenamos uma campanha nacional que lançou 8 candidatos indígenas a Assembléia Nacional Constituinte, infelizmente não conseguimos eleger nenhum, até o acompanhamento sistématico que fizemos durante o ano de 87 até 88 dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte. Nos temos sido, de certa forma, o parlamentar indígena, sem mandato do Congresso Nacional mas com o expressivo mandato do povo indígena, para encarar essa briga. Sobretudo esse mandato ele tem sido consubstanciado, ele tem sido sustentado por uma opinião pública ativa no Brasil. Nos fizemos uma coleta de assinaturas, uma emenda popular ao Congresso Nacional esse ano, reunimos em torno de 50.000 assinaturas. O que significa, em muitos casos, o dobro do voto de alguns Constituintes que estão em Brasilia com mandato permanente. Nos fizemos essa coleta de assinaturas articulada com uma campanha nacional dos Povos Indígenas que reuni varias organizações não-governamentais ligadas à questão indígena; em apenas 30 dias coletamos 50.000 assinaturas. Foi uma mobilização da opinião pública muito grande que repercutiu, mesmo que o Estado tenha agido com uma certa arbitrariedade contra o povo indígena, ele tem a consciência de quanto esse apelo do povo indígena encontra respostas na opinião pública. Eu acho que é isso que pode também vir dar bases para o povo indígena estabelecer um projeto seu. E importante que um projeto do povo indígena não exclui, de maneira nenhuma, o conhecimento das técnicas, a capacitação dos meninos, da rapaziada, nas áreas de conhecimento da civilização contemporanea, da sociedade moderna. Minha expectativa é que um dia um menino Uru Eu Wau Wau ou Surui, ele

possa botar no computador o espectro do levantamento fundiário da sua terra, da floresta, dos rios, da possibilidade de aproveitamento desses recursos naturais, de conseguir regular junto com a sua gente um compasso de um povo que sabe de onde veio, numa civilização extremamente conturbada, mas que ainda continua sabendo para onde vai. O nosso povo sabe de onde veio, eu acho fundamental que num projeto de futuro nos consigamos esboçar a trajetória de para onde nos vamos. Nos não podemos ir para qualquer lugar por que nós somos um povo sagrado, nos nascemos aqui. Nos não somos piratas do mundo".